

A RECONQUISTA DA AMAZÔNIA

Francisco de Oliveira*

RESUMO

O recente processo de integração da Amazônia sugere a idéia de uma Reconquista, uma renovada investida sobre a região de interesses externos a ela. A violência desencadeada pelos grandes projetos e pela política dos governos militares, que não levavam em consideração as populações tradicionalmente estabelecidas na Amazônia, por sua vez, expõe a crise da representação dominante sobre o Estado brasileiro, que proclamava uma homogeneidade lingüística e étnica que se revela então falsa, incapaz de dar conta democraticamente das várias diferenças culturais e axiológicas presentes no território brasileiro. Ao mesmo tempo, as dificuldades próprias à Amazônia revelam os impasses da lógica capitalista do lucro, fornecendo uma chave para que o Brasil ingresse na pós-modernidade, no topo de um sistema que produza valores de uso para satisfação das necessidades humanas, a partir de sua biodiversidade.

Palavras-chave: Amazônia; integração; governos militares; lógica capitalista.

SUMMARY

The recent process of Amazonian integration is suggestive of the notion of Reconquest, involving a renewed onslaught of interests external to the region. The violence touched off by massive projects and by the policies of successive military government administrations, which failed to take into account populations traditionally established in the Amazon, demonstrates the problem with the Brazilian State's representation of the region, which proclaimed a linguistic and ethnic homogeneity which proved to be fictitious, rendering it impossible to deal democratically with the various cultural and axiological differences existing in Brazilian territory. At the same time, difficulties peculiar to the Amazon lay bare impasses in the logic of profit capitalism, affording Brazil an opportunity to project itself into the post-modern era, at the head of a system producing use-value goods and services aimed at satisfying human needs from a base of bio-diversity.

Keywords: Amazon region; regional integration; military government; capitalism.

... terra que envolve homem...

(Empédocles de Agrigento, fragmento nº 148)

Na complicada equação da Amazônia contemporânea, o uso de uma única chave-mestra para decifrar os múltiplos processos da recente expansão destrutiva em curso pode revelar-se falso, ou quando menos insuficiente. A adjetivação da expansão já impõe seu preço semântico: qual a expansão que não é destrutiva de algum modo de vida anterior?

(*) Além de todas as contribuições citadas, o autor agradece a oportunidade da participação na Conferência "Amazônia e a Crise da Modernização", de que a versão final deste ensaio beneficiou-se das proveitosas discussões. Um agradecimento especial a Maria Angela D'Incao, cuja amizade e insistência levaram-me a participar da Conferência, realizada sobretudo graças à sua enorme audácia e capacidade de organização. Um agradecimento final à Fundação Ford, cujo apoio propiciou a realização deste ensaio, introdução aos resultados da pesquisa "Os processos de integração da Amazônia e a consolidação democrática", por ela patrocinada e realizada pelo Cebap, sob a coordenação do autor.

Marx advertiu, ironizando, que a História se repete como farsa, em vez da tragédia original. O barbudo de Tiers sabia que a farsa é propriamente uma tragédia burlesca: os elementos da tragédia estão no núcleo da cópia histórica, mas esta se apresenta sob a forma de farsa, deboche, pastiche, seus personagens são rasteiros, anões de estatura.

A recente expansão econômica da Amazônia brasileira, acelerada nos fins da década de 60 e começo da de 70, sobretudo através dos megaprojetos de impacto do regime autoritário — Carajás, Tucuruí, Transamazônica, Zona Franca de Manaus, Balbina —, sugere o uso da advertência de Marx para seu entendimento. A Conquista original, de que se cumprem quinhentos anos de sua consumação, foi um empreendimento hercúleo que, a ferro e fogo, abriu as portas da modernidade. Não se trata, aqui, de justificar cinicamente a violência da Conquista, mas de avaliá-la segundo o porte de suas consequências.

Como a Conquista original, a Reconquista parte do mesmo pressuposto de descobrimento: descobrir significa revelar o desconhecido, o sem nome, sem forma e sem sujeitos. O Conquistador, por essa lógica, se arvora todos os direitos: o que descobre é seu, ele lhe dá os nomes, o conforma e é o sujeito da descoberta, pois revela o que não existia. A revelação é um ato demiúrgico, e o Conquistador, quase um deus. A Conquista ibérica é emblemática dessa demiurgia: suas intenções cristianizadoras, assim como o misticismo de Colombo, não eram mistificações, nem comédia charlatã¹.

Essa idéia que aqui chamamos de Reconquista, podemos remontá-la ao pensamento geopolítico brasileiro, basicamente em sua vertente militar: gradativamente, a Amazônia vai ganhando importância como uma área a ser defendida, o que só seria politicamente viável a partir de um forte entrelaçamento entre os interessados na área e o Estado brasileiro; traduzindo, era preciso que valesse a pena defender a soberania brasileira sobre o território². Ora, famílias isoladas na selva, que nem sequer utilizavam a moeda brasileira em suas transações econômicas, estas baseadas no sistema de *aviamento*; nações indígenas com culturas próprias, sistemas axiológicos radicalmente diferentes dos grupos predominantes nas demais regiões do país, relações sociais regidas por temporalidades totalmente diferentes; quem viu o que foi a II Guerra Mundial poderia contar com eles para defender a soberania brasileira sobre a Amazônia? Poder-se-ia, realisticamente, sem causar alguma turbulência política, exigir que se pagasse por sua defesa sem que houvesse ali fortes interesses econômicos? Deve-se lembrar que os receios³ relativos à cobiça internacional sobre a Amazônia datam do século passado, desde a questão da abertura do Amazonas à navegação internacional, em 1853: as supostas ameaças basear-se-iam no pouco aproveitamento produtivo da imensa área amazônica. Cumpria, portanto, sempre na ótica desses autores, e mais expressamente na obra de Golbery⁴, tornar a fronteira amazônica uma fronteira viva, isto é, dinâmica, produtiva (e, no limite, expansionista, se seguirmos as idéias de Ratzel, um dos precursores da Geopolítica).

Ao fundir-se e reelaborar-se com os esquemas conceituais da Guerra Fria, entretanto, o pensamento geopolítico brasileiro gestou a famosa Doutrina de Segurança Nacional, refratária a dissensos políticos mais

(1) Mahn-Lot, Marianne. *Retrato histórico de Cristóvão Colombo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

(2) A respeito, ver Diniz, Eugênio. *Estratégias e conflitos: as desventuras da democracia na Amazônia*. São Paulo: Cebrap, junho de 1992 (1ª parte do relatório final da pesquisa "Os processos de integração da Amazônia e a consolidação democrática", realizada pelo Cebrap e patrocinada pela Fundação Ford).

(3) A base desses receios pode ser discutível, mas isso é pouco relevante quanto tratamos exatamente de receios. Sobre a "cobiça internacional" sobre a Amazônia, ver Reis, Arthur Cesar Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972, 4ª ed.

(4) Couto e Silva, Golbery. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1967.

profundos, e que, de maneira organicista, confundia os conceitos de Estado e de Nação, subtraindo à política a sua dimensão propriamente conflitiva. A idéia do inimigo interno, porém, não excluía o problema da rarefação demográfica e econômica da fronteira amazônica. Urgia, assim, de acordo com esse esquema, abrir estradas, levar gente, ocupar a Amazônia. Sintomaticamente, uma ação de grande vulto do Estado sobre a Amazônia só se dá a partir de 1966, já no regime militar, após o fracasso da SPVEA.

A síntese da "intervenção" pode ser resumida em tamponar fronteiras, vulneráveis tanto pela sua rarefação demográfica quanto por estarem habitadas por indígenas, "menores de idade", definidos assim pela própria Constituição e pela longa prática da relação entre "civilizados" e as nações indígenas, prática e teoria às quais não faltava a legitimidade "científica" de uma antropologia tradicional que considerava os índios como faltos de história, portanto sem passado, sem presente e sem futuro (o que relembra a Conquista original)⁵.

A política de tamponar fronteiras somente poderia ser viável por uma ação combinada de diplomacia política e militar — a velha equação do barão do Rio Branco. Sua forma mais acabada só é reconhecível com o Pacto Amazônico, de que o Projeto Calha Norte é um desdobramento. A abertura de estradas era condição necessária para o controle das fronteiras. A recusa à demarcação das terras indígenas é constitutiva da política de fronteiras, porque a "síndrome ianomami" denuncia precisamente o medo à supranacionalidade desta e de outras nações indígenas. O reconhecimento da supranacionalidade indígena teria como consequência pôr em xeque o Estado-Nação brasileiro e os mais da Grande Amazônia.

A Transamazônica, não obstante contrariasse a proposta de Golbery — aliás, não muito bem visto pelo grupo então na chefia do governo —, inscrevia-se também nesse amálgama Geopolítica-Segurança Nacional⁶, porquanto o Nordeste já era uma área sem riscos para o Brasil e o Ocidente, a não ser os gerados pelos "inimigos internos" derrotados provisoriamente pelo golpe militar de 1964. Mas os "inimigos internos" eram criados pelas graves questões sociais irresolvidas no Nordeste — a questão agrária classicamente — que a ligação com a Amazônia iria, precisamente, "esvaziar": a doutrina da "panela de pressão", tão arraigada no pensamento desenvolvimentista brasileiro, com forte componente malthusiano, que estava até no plano original da Sudene, com a política de migração para o Maranhão, até então pré-Amazônia. Outras estradas, como a Perimetral Norte, cumpririam, propriamente, a função de tamponamento, o cordão sanitário que evitaria a sangria da soberania territorial nacional.

A direita nacionalista militar que restou no Exército, após os expurgos de 1964, formulou, na competição com as correntes "entreguistas" (representada fortemente pela dupla Campos-Bulhões) pela hegemonia no interior do primeiro governo da ditadura, a proposta de "integrar para não entregar", que passou a ser um componente da doutrina mais ampla da "intervenção". Na verdade, a integração já era a fórmula juscelinista da Belém-Brasília, contra a qual as vozes mais autorizadas do pensamento burguês brasileiro se levantaram: Roberto *Fields* Campos, Eugênio Gudin, *O Globo*, *O Estado de S. Paulo*, a Federação das Indústrias do Estado de São

(5) Ver a excelente "Introdução a uma história indígena", de Manuela Carneiro da Cunha. In: Cunha, M. C. da, org. *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/FAPESP/Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo: 1992.

(6) Os clássicos da geopolítica no Brasil são Mário Travassos, Golbery do Couto e Silva e Meira Mattos. Golbery procede à junção geopolítica com a doutrina de segurança nacional. Ver Eugênio Diniz, op. cit.

Paulo (é bom lembrar que a Confederação Nacional da Indústria, à época, estava em mãos juscelistas, com Euvaldo Lodi).

A anterior digressão se faz para lembrar que os projetos integracionistas não eram, portanto, projetos da expansão econômica de São Paulo, o que, no caso da Amazônia, forneceria uma chave falsa, economicista, para o processo da ulterior expansão capitalista na região⁷. Essa incapacidade de hegemonia de São Paulo, notável também na forma em que se resolveu a "questão regional" clássica no Brasil — a questão do Nordeste⁸ —, comparece, aqui, também na questão da Amazônia. E a Belém-Brasília abriu o passo ao aparecimento de forças centrífugas no processo da expansão econômica, bafejadas, por certo, pela acumulação primitiva do "assalto ao Tesouro", mas não ligadas ao capital paulista. É o movimento constitutivo da *nouvelle bourgeoisie* brasileira, os Paulos Octávios da vida, com sua ridícula — *et pour cause* — ostentação *kitsch*, jardins da Casa da Dinda.

Esse "integrar para não entregar" apareceu primeiro no Projeto Rondon. Que tratava de substituir o trabalho dos "missionários" pelo trabalho dos técnicos: ofereceu-se a milhares de universitários a oportunidade de prestar serviços nas comunidades pobres do interior do Brasil, para tratar de dente furado, dor de barriga, verminoses, calo seco, barriga d' água, piolhos, neuroses, sociologia industrial e agrária, e quantas esquisitices coubessem no quadro das mazelas do país, ou saíssem das entranhas da Universidade.

Não é difícil pensar que o conhecimento real, *in loco* e *in vivo*, com as mazelas do país, tenha alimentado o surto de generosidade das guerrilhas urbanas e rurais. Talvez tenha sido a mesma impressão que a experiência da Coluna Prestes causou aos *urbanitas* dos anos 20: a de que desconheciam totalmente o país real. Que influenciou posturas autoritárias à esquerda — Prestes e o Partido Comunista do Brasil — e à direita — Juarez Távora e Cordeiro de Farias. Desconheço quem tenha se aventurado a pensar a repercussão dessa face do Projeto Rondon sobre uma parte da moçada que se formava naquela época. Talvez tenha valido mais que muitos seminários, de padres, freiras, leigos e laicos.

O que é importante reter é a formação talvez não de um consenso, que é um processo sociocultural de maior fôlego, mas de uma impressão, de que os problemas da Amazônia eram tão grandes, imensos, que as sociedades, comunidades, tribos, nações indígenas e etnias locais e regionais não teriam forças, competência técnica, recursos financeiros, poderes abrangentes para superá-los. Esta é a raiz propriamente autoritária da intervenção. Neste sentido, a guerrilha do Araguaia talvez tenha sido uma variante de esquerda da "intervenção" autoritária. É claro também que houve um outro legado desse contato com o país real, mais democrático, qual seja, o reconhecimento da capacidade inventiva das populações locais, que está na raiz do "basismo", que alimentou sobretudo a nova ação da Igreja da Teologia da Libertação.

Esse "integrar" concretizou-se também na criação do pólo da Zona Franca de Manaus. Para o qual havia, inclusive, um precedente e uma

(7) Oliveira, Francisco de. Estado e fundo público na Amazônia (Sugestões para discussão). Documento de trabalho da pesquisa "Os processos de integração da Amazônia e a consolidação democrática".

(8) Ver Oliveira, Francisco de. "A questão regional: a hegemonia inacabada". *Estudos Avançados*, São Paulo, IEA/USP, vol. 7, n° 18, mai/ago 1993, pp. 43-63.

tradição na ancestral colonização portuguesa: justamente o povoamento do Rio Grande, zona quente de litúgio com a Coroa Espanhola, foi um povoamento dirigido e seletivo. Os mitológicos casais açorianos constituíram a bucha de canhão de uma estratégia para preencher com gente a fronteira em permanente disputa, para que houvesse lá defensores interessados nas propriedades, fazendo as vezes de um remoto Estado imperial português e de seu sucessor, o Império brasileiro.

No caso da Amazônia, o projeto da corrente nacionalista de direita do Exército — leia-se general Afonso Augusto de Albuquerque Lima, primeiro ministro do Interior do governo do marechal Castello Branco — era o de povoar, mas as contingências do tempo e do capital não seguiam mais as fórmulas pombalinas. Assim, na impossibilidade de povoar com gente — seria necessária a migração de toda a população brasileira para chegar-se a taxas de densidade razoáveis no vasto território amazônico — optou-se pelo povoamento com interesses: a Zona Franca de Manaus configura-se como uma modalidade de povoamento através de interesses constituídos. Com a Zona Franca, os demais projetos patrocinados pela Sudam, utilizando os incentivos fiscais à moda da Sudene, completariam o elenco de novos interesses econômicos capazes de funcionar como sucedâneos do povoamento populacional. A própria Transamazônica era uma estratégia mista de povoamento populacional e de interesses.

Armava-se, pois, o Estado brasileiro de uma *rationale* cuja única lógica era a da "intervenção-reconquista". É preciso conceder autonomia a essa lógica, sem o que corre-se o risco do economicismo da lógica da acumulação de capital, a qual revela-se como a consequência da "rationale" da intervenção-reconquista, mas não tem a primazia na formulação estratégica. De outro lado, um puro projeto geopolítico, bastante antigo em termos da própria tradição brasileira — *remember* Cisplatina, Sete Povos das Missões, Acre, Mato Grosso — modernizada nos termos de uma teoria militarizada — segurança externa e interna — não teria condições de sustentação a longo prazo⁹. Isolada do "integrar para não entregar", sem medir-se pelos resultados pelos quais a acumulação de capital viabiliza o povoamento por interesses, a geopolítica terminaria por estiolar-se em discussões de academia militar.

A ação do Estado aí é caracteristicamente autoritária. Mas ela não decorre imediatamente do próprio caráter autoritário do regime militar. Uma relação imediata de tal tipo vai ser encontrada na ação no Nordeste, pós-golpe de 1964. Ali o problema era o de anular inimigos internos, que haviam, não apenas potencialmente, desbancado antigas hegemonias oligarco-burguesas¹⁰. A ação do Estado na Amazônia é apenas mediatamente autoritária, pelo caráter da "intervenção-reconquista". É claro que a natureza do regime militar tem uma enorme importância na definição da convergência da geopolítica com a doutrina da segurança nacional. Mas regimes formalmente democráticos não são insensíveis a esse canto de sereia, como mais tarde a iniciativa do governo Sarney, com o projeto Calha Norte, viria a provar. O problema concreto é de se o Estado brasileiro quer

(9) Ver Eugênio Diniz, op. cit.

(10) Ver Francisco de Oliveira, op. cit., e *Elegia para uma religião: Sudene, Nordeste — planejamento e conflito de classes*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

renunciar à exploração das riquezas da Amazônia, que lhe fornece os meios de uma nova inserção na expansão capitalista contemporânea. Se quer e se tem os meios para tanto, controlando a bestial exploração humana e a colossal depredação ambiental a que sua estratégia abriu as portas.

Uma invasão, uma descoberta, ocupa terras vazias, ou ocupadas por não-gente, incapaz de cuidar de si própria. Oferece perigo pela sua vulnerabilidade, pela sua incapacidade cultural — segundo os critérios dos brancos — de cuidar de vastas riquezas; não são, propriamente, inimigos. A prática, neste caso, é a da acumulação primitiva¹¹. O monopólio da violência pelo Estado acoberta toda espécie de violência privada: esta é a forma concreta da proteção de fronteiras e do bloqueio à vulnerabilidade. Apropriação de terras, garimpagem, exploração da madeira, são os lados "produtivos" da perversidade fáustica do genocídio indígena, da devastação florestal, da contaminação dos recursos hídricos, da destruição dos modos de vida dos ribeirinhos, dos indígenas, dos castanheiros, dos seringueiros. Não há que fazer ilusões: como em todo processo clássico de invasão ou de acumulação primitiva, os contendores de ambos os lados, os que agridem e os que são agredidos, são as vítimas. Deles sobrarão os povoadores da Amazônia, como sobram, nas levas anteriores das sagas da borracha, cearenses que hoje são acreanos.

No outro lado do mesmo processo, poderosos projetos de alto impacto¹². Carajás e a poderosa Vale do Rio Doce, as associações com capitais nacionais e estrangeiros, na exploração de riquezas incomensuráveis, da bauxita para a alumina e desta para o alumínio, numa proporção tal que se diz bem que a Amazônia hoje é exportadora de energia hidrelétrica. O mapa assinala na Zona Franca poderosos interesses da eletroeletrônica, da *assemblage* de motos, relógios, brinquedos e já hoje de veículos para carga leve. Esses poderosos interesses são "mixados" pelo fundo público, e tampouco estariam aí não fosse a lógica da "intervenção-reconquista": enfrentaram-se até com os interesses constituídos dos ramos respectivos em outras regiões, particularmente em São Paulo, como o demonstram as disputas entre o Estado de São Paulo e o do Amazonas, recentemente. Por trás, lubrificando o conflito federativo, a potência de interesses acobertados uns pela acumulação primitiva e outros já obrigados a realizar o lucro dentro da lógica da mercadoria, e sobretudo confrontados com a nova potência de atores sociais como os sindicatos de trabalhadores que lhes balizam as práticas predatórias sobre a mão-de-obra e os "civilizam".

O que se revela então? Que a Amazônia não era uma "terra sem homens para homens sem terra", mas sim uma região habitada por índios, posseiros e seringueiros, atravessada por conflitos fundiários que se agravaram depois da construção das estradas, dos Grandes Projetos e dos incentivos fiscais. E ainda se descobre o ouro de Serra Pelada... O Estado então se investe de sua armadura autoritária na sua forma mais brutal: num momento de intensa luta de bastidores, em que os grupos mais diretamente ligados à repressão política no regime autoritário disputam ferozmente seus

(11) Marx, Karl. "A chamada acumulação primitiva". In: *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

(12) A avaliação dos riscos ambientais, hoje parte dos processos pelos quais instituições internacionais de crédito e fomento, como o BIRD e o BID, decidem sobre tais projetos, é ridícula do ponto de vista mais abrangente de *produção do ambiente*.

espaços no palco governamental, cria-se o GETAT, ao mesmo tempo em que se consolida decisivamente a influência da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional na formulação e execução da política indigenista e o major Curió se torna o vice-rei do garimpo. Prisões ilegais, arbitrariedade na concessão de títulos de propriedade da terra, a mais bruta violência estatal acobertando interesses privados (ou de estatais), nova investida contra os direitos dos índios (os "critérios de identidade étnica") e a criação de uma nova base política entre os garimpeiros, que, em 1982, elegem Curió deputado federal.

O conjunto e a magnitude das forças lançadas à nova conquista da Amazônia são de uma imensa desproporcionalidade. De um lado, atores e sujeitos locais: grupos e nações indígenas, posseiros, grupos ribeirinhos, seringueiros, castanheiros, pequenos agricultores, e mesmo as porções de uma burguesia que nunca passou do estatuto mercantil. De outro, novos atores do porte da Vale do Rio Doce, Eletrobrás, Nippon Steel, Votorantim, Shell, Alcoa, Alcan, Parapanema, e mais Hondas, Suzukis, Kawasakis, Agrales, Mondaines, Orient, Seiko, Estrela, Tec Toy, uma lista densa de patronímicos do grande capital estatal, multinacional e nacional¹³. Frente a esses novos "senhores da guerra", as lendas dos barões da borracha, o Teatro Amazonas, a saga dos nordestinos nas duas grandes vagas de exploração da hévea, Plácido de Castro e os cearenses que anexaram o Acre, o fracasso da Fordlândia, Fitzcarraldo de Herzog, o fantástico da literatura de Márcio de Souza, o boitatá e a cobra-norato, são ficções infantis.

O investimento da Vale em Carajás deve ter se igualado ao Produto Bruto da Amazônia nos anos de implantação do complexo, o que diz tudo. Velocidades temporais alarmantemente diferentes entram em concorrência: a temporalidade da Vale se mede, no máximo, por dois quinquênios, enquanto a da economia primitiva da Amazônia era a de tempos seculares, que não são os da natureza, mas os da cultura indígena. Mesmo a economia do aviamento, a forma mercantil do extrativismo, adaptou-se àquele lento caminhar, num ajustamento que os intérpretes clássicos da Amazônia atribuíram à impotência do homem branco frente ao "inferno verde"¹⁴. As consequências do conflito das temporalidades, que decorrem, na verdade, de concepções axiológicas radicalmente distintas, não poderiam ser equívocas: destruição das temporalidades anteriores, o que quer dizer degradação ambiental em sentido amplo e genocídio.

Essa diferença radical de temporalidades e de axiologias já havia mostrado seus efeitos na Conquista original. Em dois casos flagrantes, como o da conquista do planalto andino e o da meseta mexicana, a Conquista resultou na destruição das civilizações autóctones, cujos avanços "tecnológicos" tinham resultados que foram imediatamente incorporados pelos conquistadores e transferidos ao resto do mundo: as avançadas culturas do milho e da batatinha, com variedades que não podem ser atribuídas apenas à seleção natural¹⁵.

Mas a destruição dos modos de vida dessas civilizações impediu-as de continuar elaborando suas invenções culturais a tal ponto que verdadeira-

(13) Ver Bello e Silva, Carlos Alberto. As transformações econômicas e a intervenção estatal na Amazônia. São Paulo: Cebap, jun. 1992 (2ª parte do relatório final da pesquisa "Os processos de integração da Amazônia e a consolidação democrática", realizada pelo Cebap e patrocinada pela Fundação Ford).

(14) A melhor obra sobre a economia amazônica pré-anos 70 deste século continua sendo de Roberto Santos, *História econômica da Amazônia*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1976. Gastão Cruls (*Hiléia amazônica*, 2ª ed., São Paulo: Nacional, 1944, 267 p.) é o clássico do "Inferno Verde".

(15) Ver Prescott, William H. *La conquista del Peru*. México: Editorial Diana, 1968 (revisada e editada por Victor W. Von Hagen; trad. de Mário Bracamontes).

mente regrediram. A relação entre economia e cultura, para dizer de um modo moderno, foi dramaticamente iluminada nessa ruptura. E a regressão foi estigmatizada como atraso, incapacidade, a-historicidade (populações sem tempo)¹⁶, pelo fato de que os avanços culturais dos conquistadores, por sua vez, não foram assimilados pelos vencidos, devido precisamente àquela ruptura. As diferenças axiológicas tornaram possível aos conquistadores transformar as invenções culturais dos conquistados em "objetos" — a lógica da modernidade e da exploração da força de trabalho, a ética do trabalho, enfim — enquanto impediam que os conquistados, por sua vez, transformassem as elaborações culturais dos conquistadores em "objetos". A diferença radical estava entre o mundo da mercadoria, emergente, e o mundo da não-mercadoria.

Portanto, nas dobras da invenção do novo, o fundo público que hoje estrutura a própria reprodução societária — não apenas do capital —, aparece o velho, a velha violência. Se o que é mediato no autoritarismo da nova conquista é seu caráter de intervenção, que pode fazer o Estado de Direito Democrático? Se o monopólio legal da violência transformou-se no acobertamento de todas as violências privadas, qual será o território da consolidação democrática? Como tratar com as poderosas empresas estatais, mesmo que venham a ser privatizadas, como estão sendo. Essa simples conversão não é nada prometedora, e, ao contrário, pode prolongar, por décadas, o estado de guerra civil não declarada entre populações diferentes, classes sociais, categorias e grupos na Amazônia deflagrada, o "inferno verde" agora um "verde que virou inferno" para seus habitantes.

Apenas a constituição de novos ou metamorfoseados atores e sujeitos sociais poderá opô-los como adversários aos novos interesses, e, através da trama das "incertezas previsíveis"¹⁷, balizar um terreno, cujas relações possam ser a premissa de instituições formais, que finalmente dão cara à democracia representativa, ou ao Estado de Direito Democrático. A própria atuação daquelas forças fáusticas, aliás, terminou por constituir ou reconstituir esses outros atores: Conselho de Seringueiros, Povos da Floresta, União das Nações Indígenas, sindicatos rurais, com seus aliados nacionais e internacionais, os Stings e os "verdes", seus heróis, os originais e os futuros Chicos Mendes.

Do outro lado, os novos e poderosos interesses também metamorfoseiam seus aliados, velhos "botos Tucuxis" (apelido criativo, mas não irreal, dado por Márcio de Souza a Gilberto Mestrinho, atual governador do Amazonas), novos Cabrais, depenados Passarinhos, novos Ali Ba(r)bá-lhos: tanto uma velha oligarquia quanto novos funcionários do autoritarismo se arranjam com os novos poderes, mas são, evidentemente, secundários e subordinados. Verbalizam na vulgaridade dos Mestrinhos da vida o que a elegância e o refinamento dos Lacombe (antigo presidente e principal acionista da Paranapanema, grande mineradora de cassiterita e de ouro, morto recentemente em desastre) escamoteia: a depredação ambiental, a sanha de aniquilamento dos povos indígenas, a teoria e a prática da industrialização poluidora (tese, aliás, defendida nos idos dos 70 por

(16) Manuela Carneiro da Cunha, op. cit.

(17) Przeworski, Adam. "Ama a incerteza e será democrático". *Novos Estudos*, São Paulo, nº 9, jul. 1984.

ninguém menos que o hoje "democrata" João Paulo dos Reis Velloso, então ministro do Planejamento do ditador Médici, por ocasião da 1ª Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, em Estocolmo).

No estado atual, há mais incerteza que previsibilidade (da fórmula *przeworskiana*). Isto é, as desproporções se mantêm, no disparatado confronto de forças que não obriga os mais fortes a pautarem-se, minimamente, pelo poder de retaliação dos mais fracos. Numa situação como esta, os fatos encaminham-se fatalmente para a violência privada, onde predomina a ilusão da capacidade de retaliação: o sistema de "uma pessoa, um voto" dá lugar a "uma pessoa, uma faca, ou um revólver, ou uma espingarda". Na retaliação pessoal, opera-se a ilusão de um confronto de sujeitos; na realidade, a retaliação individual mascara a onipotência dos processos destrutivos coletivos, que permanece quase intocada. E a favor dos mais poderosos.

As ilusões têm limites. O Estado de Direito Democrático opera numa faixa estreita de pretensões¹⁸, entre as quais não se coloca revogar o sistema capitalista. E não se coloca, tampouco, controlar as empresas estatais, nem as grandes empresas internacionais e nacionais a elas associadas, nem outras que estão operando em setores importantes da Amazônia. E este é o verdadeiro xis da questão. Pois não é plausível que o regime democrático no Brasil renuncie à exploração dos recursos naturais, que se revelaram algo na escala do mito do Eldorado! Garimpeiros e madeireiros são a ponta de lança, os "exércitos de Brancaleone" da acumulação primitiva, que abrem o espaço para as grandes empresas. No caso dos conflitos agrários, a disseminação das posses já levou a uma situação que somente pode ser regulada por uma operação de reforma agrária, nos bons e velhos termos, de escala e magnitude inimagináveis, remando contra a maré neoliberal.

E os conflitos cruzados já não permitem a simples distinção entre a galinha e o ovo: quem começou tudo, quem estava antes e em que lugar. Os índios, muitos deles, estão interessados no garimpo, posto que a reconquista já os reduziu à miserável condição de mendigos de si próprios, prisioneiros de uma lógica implacável que transformou seus recursos de modo de vida em mercadorias. É a mesma coisa da Conquista original: a lógica do lucro, que já assanha várias tribos de algumas nações indígenas, na exploração de madeiras e de ouro, destruirá seus modos de vida implacável e irreversivelmente, com o quê a produção social da biodiversidade estará irremediavelmente comprometida. Mas essa biodiversidade já terá sido transformada em "objeto" pelos novos conquistadores¹⁹.

Retirada a imediatez do Estado autoritário, caucionador da invasão-reconquista, permanece a "rationale" autoritária da "intervenção". Muita coisa pode ser feita, sem dúvida, para não mergulharmos de vez na taça de absinto, desta vez às margens do Amazonas, bem menos *blasé* que às margens do Sena. A dificuldade, relembremos, é que essa *rationale* não é de natureza apenas formal: ela é imediatamente derivada da violência das relações sociais desnudadas, que apenas num ou noutro *endroit* tem a forma da mercadoria, caso da Zona Franca de Manaus. Na maior parte dos casos,

(18) Ver O'Donnell, Guillermo. *Reflexões sobre os Estados burocrático-autoritários*. São Paulo: Vértice, 1987.

(19) Ver o excelente "A encruzilhada da política ambiental brasileira", de Laymert Garcia dos Santos, preparado para a Conferência "Amazônia e a crise da modernização", 1993 (mimeo), que nos foi gentilmente cedido pelo autor. [Publicado neste número de *Novos Estudos*, pp. 168-88 — N.E.]

ela tem a forma de apropriação livre, na aparência, é claro, cujos limites parecem ser a natureza e seu ocupante eventual. Mas essa aparência significa o monopólio de todas as virtualidades econômicas da mercadoria, que é o segredo da acumulação primitiva que se dá num capitalismo que não é primitivo: é como se fosse um *surplus*, um lucro extraordinário, um *mark up* exclusivo das poderosas empresas que operam na área. Marx já dava conta de processos desse tipo, precisamente destacando que o trabalho não é o único produtor de riqueza, a primazia sendo da natureza²⁰.

(20) Karl Marx, op. cit.

Esse *surplus*, para dizer de uma vez e sinteticamente, é a ilegalidade de todas as formas de apropriação de riqueza, que aparece descaradamente sob as formas de evasão fiscal e contrabando, tanto pelo garimpo quanto pela mineração capitalista de cassiterita, ouro, bauxita, ferro; sob a forma de depredação em todos os casos. A corrupção em todos os níveis do Estado é, contraditoriamente, a institucionalização dessas práticas. Esse monopólio das virtualidades da mercadoria é apropriar, sem competição, o que se perderia como custos de competição, que Marx chamava de *faux frais*; é apropriar os impostos que seriam pagos; é a corrupção, o contrabando, o tráfico de drogas.

Criam-se redes interativas de circulação mercantil, que é a única esfera onde a acumulação primitiva se deixa revelar, e que servem para todas as transações: o mesmo canal que serve para desovar cocaína, desova ouro, cassiterita, madeiras, lava dólares do tráfico, subfatura nas exportações e superfatura nas importações da Zona Franca de Manaus. A promiscuidade mercantil parece apenas uma irmandade da ilegalidade: de fato, é sua natureza de apropriação violenta que as equaliza. Numa ponta, um alto executivo da Paranapanema, na meia-direita um deputado federal ligado ao narcotráfico (que combina com o exercício de pastor de almas), na meia-esquerda o contrabandista do garimpo e o madeireiro, e na ponta esquerda o cartel de Medellín.

É desse cipoal de violência privada, que forja representações de interesses (pois elege deputados e senadores), *lobbies* no Congresso e nas grandes empresas estatais, Passarinhos, Barbalhos e Mestrinhos, elegantes e refinados Lacombes, Associações de Empresários da Amazônia (que têm sede em São Paulo), ações na Bolsa entre as mais valorizadas, que se arma o Leviatã. Insistindo, o monopólio legal do Estado é, ao mesmo tempo, cobertura e impotência: não é ausência de Estado, como uma hipótese generosa poderia propor. Há *enclosures*, pois Carajás tem fronteiras dentro dos Estados federais que atravessa, onde a Vale do Rio Doce é soberana, é polícia, juiz e ladrão, como no samba de Chico Buarque.

Há poucos espaços onde a distinção entre acumulação primitiva e acumulação capitalista seja menos que problemática. Aqui, a sutileza distintiva faz-se importante porque ajuda a traçar uma fronteira, ainda que precária, entre o que é imediatamente autoritário e o mediamente autoritário. O imediatamente já foi em parte retirado, com a reforma do regime, ainda precária, é certo. Gramscianamente, essa reforma deve-se ao combate direto que o regime autoritário sofreu dos novos sujeitos sociais

que lhe retiraram eficácia. A questão está no que chamamos mediamente autoritário, o qual, também gramscianamente, exigiria a elaboração de uma hegemonia contraposta, cujo processo é necessariamente longo. Essa hegemonia contraposta a um sistema de pura dominação depredatória está em elaboração: aparece sobretudo na forma do movimento ecológico, de caráter amplo, o que inclui necessariamente a preservação das nações indígenas, para falar o mínimo. Mas falta-lhe o concurso de outros atores e sujeitos modernos da sociedade brasileira. O novo sindicalismo ainda não colocou essa questão na sua agenda, assim como as novas classes médias apenas "consomem" a onda verde em camisetas e bonés de bela e oca fraseologia; os partidos políticos têm uma postura oportunista sobre a questão, inclusive o PT: lembro as reuniões do Governo Paralelo, onde as falas de um Aziz Ab'Saber eram ouvidas com a mesma circunspeção e a mesma falta de interesse com que assistimos a missas de defunto.

A questão da Amazônia pega o Estado brasileiro no contrapé de uma crise sem precedentes, reduzindo-lhe a capacidade de que o exercício formal do monopólio da violência transforme-se na capacidade de criação de canais que publicizem as relações sociais. Além disso, a crise do Estado moderno aparece na Amazônia dramaticamente: onde começa e onde acaba o território legal do moderno Estado Nacional? A supranacionalidade dos conflitos e das nações indígenas interroga gravemente o conceito e a prática do Estado-Nação. A que o Estado brasileiro replica, apenas, com a militarização da região; esse mesmo conceito e sua realidade perguntam-se: região de qual Estado Nacional²¹?

O problema maior aparece, entretanto, com relação à própria sociedade brasileira: a Amazônia mostra os limites da racionalidade capitalista forjada precisamente nos tempos da Conquista primeva. E, ao contrário dos que vêem a chamada "cobiça internacional" ingenuamente, a Amazônia pode conter uma das chaves da pós-modernidade, ou do cumprimento integral da própria modernidade: ao revelar os limites da lógica do lucro, opondo-lhe a lógica da cultura, a Amazônia oferece ao Brasil — e aos outros países amazônicos — uma das chaves para ingressar, pelo alto, no topo de um sistema produtor de valor de uso voltado para as necessidades humanas, a partir de sua imensa biodiversidade. Mas, como lembram os especialistas da cultura, isto não se fará destruindo o que Laymert Garcia dos Santos chama, apropriadamente, os detentores de tecnologias de produção de biodiversidade²². Resta que os outros atores modernos da sociedade brasileira aceitem o desafio, pois nada se fará automaticamente, assim como a natureza já é, ela própria, uma produção humana. A desestruturadora presença dos grupos indígenas na cena política explode o grande mito do Estado brasileiro: este não é um Estado de uma única nação, homogênea, lusófona, ocidental. Este é um Estado que, doravante, tem que se haver com um Outro radical, ou melhor, com vários Outros radicais que, não obstante conviverem dentro das mesmas fronteiras, pertencem a universos culturais totalmente diferentes, com temporalidades diferentes, valores diferentes, relações diferentes com o ecossistema (mais

(21) A instigante palestra de Berta Becker abriu um apaixonado debate na Conferência e pôs, dolorosa e dramaticamente, o dedo nessa ferida aberta e em ampliação.

(22) Laymert Garcia dos Santos, op. cit.

Preparado para a Conferência "Amazônia e a Crise da Modernização: novas questões, novos desafios ao ensino e à pesquisa", promovida pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém do Pará, 29.9.93 a 2.10.93.

Francisco de Oliveira é professor-titular do Depto. de Sociologia da USP e presidente do Cebrap. Já publicou nesta revista "A metamorfose da arribação" (Nº 27).

funcionais, diga-se de passagem), relações de produção totalmente distintas, que falam outras línguas e, por fim, não se apresentam politicamente da mesma forma segundo a qual se estrutura o Estado brasileiro: a dominação racional-legal, representativa e, pode-se discutir então, democrática. Revelam-se, assim, os impasses da Reconquista, Conquista feita farsa, e a auto-representação do Estado brasileiro, impelido, como Napoleão III, pelas exigências contraditórias de sua situação, rui do topo da Coluna Vendôme.

Novos Estudos
CEBRAP
N.º 38, março 1994
pp.3-14
